

Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.

CNPJ: 29.618.737/0001-54

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração.....	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Teresina, 13 de fevereiro de 2026.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Vago	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Vago	Diretor de Projetos

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.
Teresina - PI**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.208	1.137
Títulos e valores mobiliários	4	331	11.053
Contas a receber de clientes	5	1.928	1.659
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	355	304
Outros tributos compensáveis		50	50
Outros créditos		641	1.655
Total do ativo circulante		7.513	15.858
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	6	1.159	1.209
Imobilizado	8	128.872	133.613
Intangível	9	2.041	2.027
Total do ativo não circulante		132.072	136.849
Total do ativo		139.585	152.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	10	3.441	2.925
Empréstimos e financiamentos	11	1.047	960
Obrigações por arrendamentos		368	342
Outras obrigações fiscais		251	299
Encargos setoriais		12	12
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	20	1.020	1.124
Total do passivo circulante		6.139	5.662
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	11	44.360	45.321
Obrigações por arrendamentos		335	646
Outras obrigações fiscais		1.048	995
Provisão para desmantelamento	12	205	137
Obrigações com acionistas - redução de capital	20	1.500	-
Total do passivo não circulante		47.448	47.099
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	95.513	105.513
Prejuízos acumulados		(9.515)	(5.567)
Total do patrimônio líquido		85.998	99.946
Total do passivo		139.585	152.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita Líquida	16	20.300	19.290
Custo	17	(19.714)	(15.988)
Lucro bruto		586	3.302
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	17		
Despesas gerais e administrativas		(1.480)	(1.290)
Outras receitas operacionais		-	934
Total despesas operacionais		(1.480)	(356)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(894)	2.946
<u>Resultado financeiro</u>	18		
Receitas financeiras		2.249	1.291
Despesas financeiras		(3.905)	(4.312)
Variações cambiais líquidas		5	(193)
Total do resultado financeiro		(1.651)	(3.214)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(2.545)	(268)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.403)	(1.048)
Total dos tributos		(1.403)	(1.048)
Prejuízo do exercício		(3.948)	(1.316)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	15	(0,0345)	(0,0115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(3.948)	(1.316)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(3.948)	(1.316)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	114.522	(9.009)	(4.251)	101.262
Resultado abrangente total:				
Prejuízo do exercício	-	-	(1.316)	(1.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	114.522	(9.009)	(5.567)	99.946
Resultado abrangente total:				
Prejuízo do exercício	-	-	(3.948)	(3.948)
Transações com os acionistas				
Redução de capital	(19.009)	9.009	-	(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	95.513	-	(9.515)	85.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(3.948)	(1.316)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	5.073	4.751
Variações cambiais da dívida	2.083	2.218
Juros sobre obrigações de arrendamento	119	136
Juros sobre empréstimos e financiamentos	839	852
Provisão para desmantelamento	20	42
Custo de transação	29	29
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(269)	(11)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(51)	(288)
Outros créditos	1.014	(971)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	516	(1.745)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.113	1.019
Outras obrigações fiscais	6	143
Encargos setoriais	-	1
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(104)	618
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(835)	(853)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(135)	(137)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.113)	(1.019)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.357	3.469
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(211)	(516)
Adições para ativo intangível	(87)	(11)
Títulos e valores mobiliários	10.722	(11.053)
Cauções e depósitos	50	147
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	10.474	(11.433)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Obrigações com acionistas - redução de capital	(8.500)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.990)	(2.945)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(270)	(268)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(11.760)	(3.213)
Varição no caixa líquido	3.071	(11.177)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.137	12.314
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.208	1.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 5 de fevereiro de 2018, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, e tem por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica de origem solar, compra e venda de materiais e equipamentos de operação, bem como a implantação e manutenção das instalações do sistema de transmissão de interesse restrito.

A Companhia explorará o potencial solar de 35 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Resolução Autorizativa nº 7.669/2020-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração e com prazo de concessão até 19 de março de 2054.

Em 11 de dezembro de 2020 foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a entrada em operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) conforme Despacho da Aneel nº 3.486/2021.

1.1. Curtailment

Em 24 de novembro de 2025, a Medida Provisória nº 1.304/2025 foi convertida na Lei nº 15.269/2025, consolidando dispositivos legais que tratam da compensação financeira de geradores de energia elétrica por cortes de geração (*curtailment*) no Sistema Interligado Nacional (SIN). A referida lei prevê que o titular de outorga de geração eólica ou solar fotovoltaica fará jus à compensação pelos impactos econômicos decorrentes de eventos de indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, desde que assinem o termo de compromisso desistindo das ações em curso sobre o tema.

Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à Consulta Pública nº 210/2025 a minuta do Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025, com o propósito de estabelecer, em conjunto com os agentes do setor elétrico, as regras procedimentais para adesão, apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento das compensações decorrentes de *curtailment*. O prazo de contribuição terminou no dia 16 de janeiro de 2026. Os agentes eólicos e solares enviaram uma contribuição única consolidada através das associações Abeeólica e Absolar.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informadas sobre o andamento do tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
<i>CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras</i>	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 8 – Imobilizado;

Nota 9 – Intangível;

Nota 12 – Provisão para desmantelamento;

Nota 13 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 21 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	2.535	1.137
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	1.673	-
Total	4.208	1.137

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por operações compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, as operações compromissadas foram remuneradas em média a 95% do CDI. Não houve saldo de aplicações financeiras em operações compromissadas em 31 de dezembro de 2024.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

	31.12.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos exclusivos		
Operações compromissadas	-	6.612
Títulos públicos	244	3.316
CDB-DI	-	643
LF - Letra Financeira	87	482
Total	331	11.053

Estes fundos de Investimento não exclusivo são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 99,95% do CDI (100,25% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	31.12.2025
Mecanismo de curto prazo - MCP		183	183
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.745	1.745
Total		1.928	1.928

	Nota	A vencer	31.12.2024
Mecanismo de curto prazo - MCP		2	2
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.657	1.657
Total		1.659	1.659

6. Cauções e depósitos

		31.12.2025	31.12.2024
Instituição	Tipo de aplicação		
BNB	Fundo de liquidez BNB	1.159	1.209
Total		1.159	1.209

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste – BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº 11).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2044, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

7. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	529	275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	42	296
	571	571
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(143)	(181)
Contribuição social	(73)	(86)
	(216)	(267)
Total	355	304

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de edificações, obras civis e benfeitorias, e instalações técnicas/mecânicas solar.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	51.552	-	-	47	(289)	51.310
Móveis e utensílios	906	-	-	-	-	906
Instalações técnicas/mecânicas solar	95.439	-	-	-	765	96.204
	147.897	-	-	47	476	148.420
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.519)	-	(1.580)	-	-	(7.099)
Móveis e utensílios	(251)	-	(201)	-	-	(452)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(10.859)	-	(2.867)	-	-	(13.726)
	(16.629)	-	(4.648)	-	-	(21.277)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	1.264	212	-	-	(476)	1.000
	1.264	212	-	-	(476)	1.000
Total do imobilizado	132.532	212	(4.648)	47	-	128.143
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	1.081	-	(352)	-	-	729
	1.081	-	(352)	-	-	729
Total	133.613	212	(5.000)	47	-	128.872

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	79.315	-	-	(310)	(27.453)	51.552
Veículos	906	-	-	-	(906)	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	906	906
Outros	1.966	-	-	-	(1.966)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	66.095	-	-	-	29.344	95.439
	148.282	-	-	(310)	(75)	147.897
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(6.062)	-	(2.302)	-	2.845	(5.519)
Veículos	(22)	-	(118)	-	140	-
Móveis e utensílios	-	-	(111)	-	(140)	(251)
Outros	(5)	-	-	-	5	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(6.006)	-	(2.003)	-	(2.850)	(10.859)
	(12.095)	-	(4.534)	-	-	(16.629)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	673	516	-	-	75	1.264
	673	516	-	-	75	1.264
Total do imobilizado	136.860	516	(4.534)	(310)	-	132.532
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	977	250	(146)	-	-	1.081
	977	250	(146)	-	-	1.081
Total	137.837	766	(4.680)	(310)	-	133.613

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas 2025, não houve alteração das taxas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados após a revisão, são as seguintes:

Elétricos	% (ano)
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	3,13% - 3,57%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,03% - 3,57%
Não elétricos	
Móveis e utensílios	6,25%

Os ativos de direito de uso são depreciados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,67

9. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		Em curso		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Total
Direito de uso da concessão	2.273	(342)	1.931	-	1.931	2.000
Custo incremental	44	(10)	34	-	34	27
Software	-	-	-	76	76	-
Total	2.317	(352)	1.965	76	2.041	2.027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.273	-	-	2.273
Custo incremental	33	11	-	44
	2.306	11	-	2.317
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(273)	-	(68)	(342)
Custo incremental	(6)	-	(5)	(10)
	(279)	-	(73)	(352)
<u>Intangível em curso</u>				
Software	-	76	-	76
	-	76	-	76
Total	2.027	87	(73)	2.041

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.273	-	-	2.273
Custo incremental	22	11	-	33
	2.295	11	-	2.306
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(205)	-	(68)	(273)
Custo incremental	(3)	-	(3)	(6)
	(208)	-	(71)	(279)
Total	2.087	11	(71)	2.027

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	1,50%
Custo incremental	5,00%

10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		2.126	613
Compra de energia - partes relacionadas	20	45	17
Encargo de uso da rede		292	276
		2.464	906
Materiais e serviços		484	868
Materiais e serviços - partes relacionadas	20	494	1.151
		978	2.019
Total		3.441	2.925

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

11.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2025 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional												
BNB	1.034	13	1.047	44.360	44.360	45.407	921	39	960	45.321	45.321	46.281
Total	1.034	13	1.047	44.360	44.360	45.407	921	39	960	45.321	45.321	46.281

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	829	46.151	46.980
Encargos provisionados	852	-	852
Encargos pagos	(853)	-	(853)
Variação monetária	2.218	-	2.218
Transferências	830	(830)	-
Pagamentos / amortizações	(2.945)	-	(2.945)
Amortização custos de transação	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2024	960	45.321	46.281
Encargos provisionados	839	-	839
Encargos pagos	(835)	-	(835)
Variação monetária	2.083	-	2.083
Transferências	961	(961)	-
Pagamentos / amortizações	(2.990)	-	(2.990)
Amortização custos de transação	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.047	44.360	45.407

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

11.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNB	48.800	31/08/21	15/02/44	IPCA + 2,14%	Mensalmente	Mensalmente	CAPEX	Conta Reserva; Fiança Bancária

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	1.153	1.342	1.517	1.697	39.157	44.866
Custo a amortizar	(29)	(29)	(29)	(29)	(390)	(506)
Total	1.124	1.313	1.488	1.668	38.767	44.360

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

12. Provisão de desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 13,44% (14,72% em 31 de dezembro de 2024), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- a estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A *taxa de desconto* é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Gonçalo 7 S.A.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial		137	405
Adição		48	-
Baixas		-	(310)
Atualização financeira	18	20	42
Saldo final		205	137

13. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.1 Contingência com risco provável e possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável e/ou possível.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é de R\$ 95.513 em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado (R\$ 114.522 em 31 de dezembro de 2024 parcialmente integralizado), em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	95.513.404	99,999999%	114.522.003	99,999999%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	1	0,000001%	1	0,000001%
Total	95.513.405	100,000000%	114.522.004	100,000000%

Em 30 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia, no montante de R\$ 19.008, por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, com cancelamento de 19.008.600 de ações ordinárias de emissão da Companhia, de titularidade da acionista Enel Brasil S.A.. A restituição do valor das ações à controladora será efetuada em uma ou várias parcelas até 20 de abril de 2027.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

14.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 3.948 (R\$ 1.316 em 31 de dezembro de 2024).

15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(3.948)	(1.316)
Número de ações	104.522.004	114.522.004
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,0345)	(0,0115)

16. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	16.1 e 20	21.042	20.131
Mercado de curto prazo	16.2	181	-
Outras receitas		-	37
Receita operacional bruta		21.223	20.168
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(149)	(142)
COFINS		(636)	(605)
PIS		(138)	(131)
Total deduções da receita		(923)	(878)
Total		20.300	19.290

16.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

16.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

17. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

				2025
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Total
Material		(113)	-	(113)
Serviços		(1.752)	-	(1.752)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	20	-	(1.271)	(1.271)
Energia elétrica comprada para revenda		(9.125)	-	(9.125)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	20	(503)	-	(503)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.579)	-	(2.579)
Aluguéis e arrendamentos		(24)	-	(24)
Seguros		(545)	-	(545)
Depreciação e amortização		(5.073)	-	(5.073)
Outras despesas operacionais		-	(209)	(209)
Total		(19.714)	(1.480)	(21.194)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material		(7)	-	-	(7)
Serviço de terceiros		(1.840)	-	-	(1.840)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	20	-	(1.264)	-	(1.264)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.241)	-	-	(6.241)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	20	(350)	-	-	(350)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.466)	-	-	(2.466)
Seguros		(333)	-	-	(333)
Depreciação e amortização		(4.751)	-	-	(4.751)
Indenização de seguros		-	-	934	934
Outras despesas operacionais		-	(26)	-	(26)
Total		(15.988)	(1.290)	934	(16.344)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

18. Resultado financeiro

	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	2.249	1.291
	2.249	1.291
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(29)	(29)
Encargos de dívidas	(2.922)	(3.070)
Atualização de impostos e multas	(90)	(94)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(246)	(399)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(40)	(25)
Atualização financeira desmantelamento	(20)	(42)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(119)	(136)
Encargos financeiros - compartilhamento	(423)	(514)
Outras despesas financeiras	(16)	(3)
	(3.905)	(4.312)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	5	(193)
	5	(193)
Total	(1.651)	(3.214)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

	2025	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	21.223	20.168
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.698	1.613
Renda de aplicações financeiras	2.249	1.291
Outras receitas	-	37
Variação cambial realizada	24	-
Total base de cálculo do imposto de renda	3.971	2.941
Alíquota do imposto de renda (15%)	(596)	(441)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(373)	(270)
Total do imposto de renda	(969)	(711)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.547	2.420
Renda de aplicações financeiras	2.249	1.291
Outras receitas	-	37
Variação cambial realizada	24	-
Total base de cálculo da contribuição social	4.820	3.748
Alíquota da contribuição social (9%)	(434)	(337)
Total	(1.403)	(1.048)

20. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

20.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Obrigações com acionistas - redução de capital	Até dezembro de 2026	(1.500)	-	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2026	(1.314)	(1.108)	(1.271)	(1.264)
Prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Até fevereiro de 2030	(16)	-	(16)	-
Total		(2.830)	(1.108)	(1.287)	(1.264)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

20.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas
Compra e venda de energia					
Enel Trading Brasil S.A.	De fevereiro de 2018 até março 2054	1.700	1.640	20.539	19.781
		1.700	1.640	20.539	19.781
Suporte operacional					
Enel Green Power S.p.A.	De fevereiro de 2018 até março 2054	(184)	(1.167)	-	-
		(184)	(1.167)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.	Até dezembro de 2026	471	471	-	-
		471	471	-	-
Total		1.987	944	20.539	19.781

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Obrigações com acionistas - redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2025. Durante o exercício de 2025, foram realizados pagamentos à Controladora no montante de R\$ 6.500. O saldo remanescente deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2027.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

21.1 Instrumentos financeiros

21.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.208	4.208	1.137	1.137
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	1	331	331	11.053	11.053
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	1.928	1.928	1.659	1.659
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.159	1.159	1.209	1.209
Total do ativo			7.626	7.626	15.058	15.058
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.441	3.441	2.925	2.925
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	45.407	18.353	46.281	16.153
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	703	703	988	988
Total do passivo			49.551	22.497	50.194	20.066

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 21.2 Hierarquia do valor justo.

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

21.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

21.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela da *Holding* Enel S.p.A., que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam a gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de *commodity*, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidade relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (*risk owners*), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.208	1.137
Títulos e valores mobiliários	4	331	11.053
Contas a receber de clientes	5	1.928	1.659
Total		6.467	13.849

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	11	45.407	46.281
Dívida		45.407	46.281
Caixa e equivalentes de caixa	3	(4.208)	(1.137)
Títulos e valores mobiliários	4	(331)	(11.053)
Dívida líquida (a)		40.868	34.091
Patrimônio líquido (b)	14	85.998	99.946
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		32,21%	25,43%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	183	284	1.349	8.633	44.035	54.484
Total	183	284	1.349	8.633	44.035	54.484

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 7 S.A.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<u>IPCA</u>						
BNB	45.407	1.754	2.140	2.523	2.902	3.279
Total	45.407	1.754	2.140	2.523	2.902	3.279

21.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.